Gonzaga Pereira e Rogério Araújo Saraiva como membros titulares ao Conselho de Administração da TCB; considerando ainda a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração, objeto do processo 00095-00000574/2021-54; considerando que as indicações foram submetidas ao Comitê de Elegibilidade da TCB, constituído por meio da Resolução SEI-GDF nº 12/2018, de 09 de novembro de 2018, do Conselho de Administração da TCB, com a incumbência de verificar a conformidade do processo de indicação de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Colegiada, para auxiliar os trabalhos da Assembleia dos Sócios Cotistas e do Conselho de Administração, quando da eleição de Conselheiros e Diretores da TCB, o qual atesta, conforme instruções contidas no Parecer SEI 66877820, processo 00095-00000578/2021-32, Parecer SEI 63918665, processo 00095-00000574/2021-54, e Parecer SEI 67208533 processo 00095-00001149/2019-68, que os indicados ao Conselho de Administração da TCB apresentaram integralmente os documentos e preenchem os requisitos exigidos para o exercício da função em comento. Assim, para o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, o voto do Distrito Federal é favorável à eleição dos referidos membros do Conselho de Administração da TCB, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos: até 05/08/2023, conforme preceitua o Artigo parágrafo 7º do Artigo 18 do Estatuto Social da Empresa. Registre-se, por fim, que o posicionamento do Distrito Federal quanto à recondução, indicação, nomeação, posse e exercício dos integrantes do Conselho de Administração desta empresa parte da premissa de estrita observância, no caso, ao arcabouço normativo aplicável, notadamente aos dispositivos da Lei Federal nº 6.404/1976, da Lei Federal nº 13.303/2016, do Decreto Distrital nº 37.967/2017, do Estatuto da TCB e ao enunciado da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal: MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TCB: 1) GUILHERME GONZAGA PEREIRA, brasileiro, solteiro, Identidade nº 2.***.069 SSP/DF, CPF nº ***.200.031 **, residente e domiciliado na QND 40, Lote 31 Taguatinga, Brasília - DF, CEP nº 72.120-400, data de nascimento: 14/07/1993, Naturalidade de Brasília - DF; Grau de Instrução: Nível Superior - Graduado em Engenharia Civil, filiação: Washington Luiz Pereira e Maria da Conceição Gonzaga; 2) ROGÉRIO ARAÚJO SARAIVA, brasileiro, divorciado, Identidade nº 1.***.854 SSP/DF, CPF nº ***.327.961 **, residente e domiciliado à Qd. 01 - Conjunto 08 - Lote 01 - Apto 201 - Planaltina - Distrito Federal, CEP nº 73.300.000, data de nascimento: 10/04/1972, Naturalidade de Brasília/DF, Grau de Instrução: Nível Superior - Graduado em Administração; filiação: Jose Valdemir Araújo Saraiva e Inês Matias de Araújo Saraiva; 3) ABDON TAVARES REIS, brasileiro, casado, Identidade nº 3.***.969 SSP/DF, CPF nº ***.523.941 **, residente e domiciliado na Quadra 33, Casa 20, Setor Oeste - Gama, Brasília - DF, CEP nº 72.420-330; data de nascimento: 18/04/1956, Naturalidade de Corrente - PI; Grau de Instrução: Nível Superior - Graduado em Pedagogia, Especializado em Administração Escolar, Servidor Público Federal, ocupante do cargo de Técnico de Planejamento e Orçamento, filiação: Fabriciano Damasceno Reis e Alice Tavares Reis; como membro do Conselho de Administração indicado pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, nos termos do parágrafo 5º do Artigo 18 do Estatuto Social da TCB; 4) CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS CARNEIRO MAC GINITY, brasileiro, casado, Identidade: 1.***.904 - SSP/DF, CPF nº: ***.793.441 **, residente e domiciliado no Condomínio Vivendas Bela Vista, Módulo J, Casa 05, Sobradinho - DF, CEP: 73.105-909; data de nascimento: 14/05/1976; naturalidade: Brasília - DF; ocupante do Emprego em Comissão de Gerente de Operações da TCB, Graduado em Gestão Financeira, filiação: Edides Matias Carneiro e de Antonia Benigno dos Santos Carneiro, como membro titular do Conselho de Administração eleito pelos empregados da TCB, nos termos do parágrafo 4º do Artigo 18 do Estatuto Social da TCB; e MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TCB: 1) MÁRIO JOSÉ LEONARDO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, Identidade: 487.*** SSP/DF, CPF nº: ***.848.801 **, residente e domiciliado Setor Oeste - Q 21 - Lt 89 - Gama - DF, CEP: 72.420-210; data de nascimento: 26/10/1959, naturalidade: Itumbiara - GO, ocupante do Emprego de Assistente Técnico do Quadro de Pessoal Permanente da TCB, Graduado em Direito, filiação: José Leonardo de Souza e Lufza da Silva Souza, como membro suplente do Conselho de Administração eleito pelos empregados da TCB, nos termos do parágrafo 4º do Artigo 18 do Estatuto Social da TCB. Colocado em votação, a Assembleia deliberou favoravelmente pelas indicações em comento, sendo empossados, com mandato no período de 06 de agosto de 2021 a 05 de agosto de 2023. Passando para a letra "c" da Pauta: Discutir e deliberar sobre quaisquer outros assuntos, e nada sendo apresentado, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu as presenças da Representante do Cotista NOVACAP e do Diretor Presidente da TCB, dando por encerrado os trabalhos às 16h, da qual, para constar, eu, Erotides Vieira Lima, Administrador, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Representantes dos Cotistas: JULIANO SILVEIRA COELHO Representante da Procuradora-Geral do Distrito Federal; Representante do Cotista Distrito Federal - VERA LÚCIA BUCCHIANERI PINHEIRO Representante do Cotista NOVACAP; JULIANO SILVEIRA COELHO/Representante do Cotista Distrito Federal - VERA LÚCIA BUCCHIANERI PINHEIRO/Representante do Cotista NOVACAP - CHANCERLEY DE MELO SANTANA/Diretor-Presidente - EROTIDES VIEIRA LIMA/Secretário.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

CONTROLADORIA SETORIAL DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº 103, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021

O CONTROLADOR SETORIAL DE JUSTIÇA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, em substituição, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 3º e o anexo III, do Decreto nº 39.807, de 06 de maio de 2019, bem como pela delegação de competência oriunda da Portaria nº 131, de 14 de junho de 2019, publicada no DODF de 26 de junho de 2019, página 07, em seu art. 1º, inciso II e no art. 211 e seguintes da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para a Comissão de Sindicância, reinstaurada pela Portaria nº 82, de 18 de agosto de 2021, publicada no DODF nº 157, de 19 de agosto de 2021, concluir os trabalhos de apuração dos fatos constantes dos autos do processo 00400-00049965/2019-33, e apresentar relatório conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON MELO RIOS

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA DA 317ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 31 de agosto de 2021, por videoconferência, às 9h16, verificado o quórum regimental, deu-se a abertura oficial da 317ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF, sob a presidência do senhor Eduardo Chaves, presidente do CDCA/DF. (1) Representantes Governamentais: Daniel R. Ferreira, representante da Secretaria de Turismo; Daniela. G. do Nascimento, representante da Secretaria de Educação; Denise Parreira, representante da Secretaria de Economia; Eduardo Chaves, da Sejus/SUPCA; Fernanda F. Falcomer, da Secretaria da Mulher; Giuliana Côres, representante da SUBPCA; Grazielle Nogueira, da Governadoria; Kelly C. Tavares, representante da Sejus/Subs; Márcia Regina da Paz, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social; Monica Maciel Ferreira, representante da Sejus/Secretaria de Direitos Humanos; Samara Marques, representante da Secretaria de Segurança Pública; Simone Borges Nascimento, representante da Secretaria de Segurança Pública; Susana Mintegui, da SUBPCA; Ziel Ferreira, representante da Secretaria de Esporte e Lazer. (2) Representantes da Sociedade Civil: Adriana Camelo Nunes, da Casa Azul; André Souza Santos, do Instituto Projeto Integral de Vida; Celiomar Dias de Oliveira, do Projeto Integral de Vida - Pró-vida; Daise Lourenço Moisés, do Cepas; Francisco Rodrigues (Beto), do Sintibref; Gabriella Godoy, do Iecap; Gláucia F. Matos, do Sintibref; João Henrique Barbosa, do Instituto Carinho; Joelma Oliveira Bonfim, do Iecap; Leovane Gregorio, do Sindsasc; Luiza Martins, do Aconchego; Milda Lourdes Moraes, do Espírito de Luz; Patricia Mello, da Aldeias Infantis; Silvana da Conceição Araújo, da Casa Azul; Ricardo Testa, do Instituto Murialdo; Sthéfany Lourdes Pala Duarte, do Instituto Espírito de Luz; Valdemar Martins da Silva, da Casa de Ismael. (3) Demais participantes - Da Secretaria Executiva: Christiane Oelmann, Heide Nazaré da Silva, Roberto Santos, Rokmgelhe Santana; da Ungef: Daniel Gomes, Giovanna Ribeiro, Gisele Rabelo e Lúcia Arcangela; do MPDFT: Juliana Gasparoni; da Defensoria Pública: Juliana Braga Gomes; do Projeto Família Soliária: Marília Cavalcanti e Solange Xavier. E ainda: Leonardo Fragola, da SEEC, Marianna Arake, da SUBPCA e Daniel Oliveira, da Cooprot/Sejus. 1. Aprovação da Ata 316ª Plenária Ordinária - Daise sugere que a ata seja aprovada pelos conselheiros no grupo de WhatsApp, porque entende que os conselheiros não tiveram tempo de lê-la. Incluso na pauta o item "Prorrogação por mais 120 dias, no que se refere ao prazo constante do cronograma do Edital de Egressos. 2. Informes da Presidência - 2.1. Indicação do novo presidente do CDCA, representação governo - Encaminhamento: empossado como presidente do CDCA/DF o conselheiro de Direito Eduardo Chaves. A condução da reunião passa a ser dirigida pelo novo presidente, conforme decisão unânime do pleno. Relatoria: João Henrique apresenta a indicação de Eduardo Chaves, como representante do governo para presidente do Conselho. Eduardo agradece o reconhecimento do grupo, faz uma breve apresentação curricular e diz estar junto com os conselheiros para articular o sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Tece agradecimentos à secretária de Justiça, Marcela Passamani, ao secretário executivo da Sejus, aime Santana de Sousa, ao subsecretário da SUBPCA, Rodrigo Rodrigo Barbosa da Silva. Ziel Ferreira conclama os conselheiros do governo para uma participação efetiva no CDCA. Daise defende e propõe ao novo presidente que seja adotada uma meta de execução do FDCA até o fim do ano de 2021. 3. Informes da Secretaria Executiva - 3.1. Posicionamento sobre status do Ato Normativo CDCA/DF - Encaminhamento: (a) o grupo de trabalho marcará reunião para edição do texto final do Ato Normativo do CDCA, com data a ser definida; (b) o texto final será apresentado na próxima plenária, no mês de setembro. Relatoria: Daise solicita que seja colocado em execução o ato normativo aprovado. Leovane sugere que o texto final, com ajustes, seja aprovado na próxima plenária. Grazielle sugere nova reunião da equipe para que sejam elaborados os anexos. Rokmgelhe, em resposta à Daise, disse que o encaminhamento da matéria se deu dia 13 de julho, em plenária extraordinária, e que os anexos foram disponibilizados no grupo dos conselheiros do CDCA no mesmo dia da reunião. Nesse

momento, Kelly pede para incluir na pauta o item 'prorrogação do Edital nº 2/2020. Patrícia levanta a necessidade de se ter uma assessoria jurídica no CDCA. Segundo ela, o fato de ter que passar todos os atos pela AJL acaba por fazer com que o CDCA perca sua autonomia. Eduardo Chaves levanta a questão de legitimidade de uma assessoria jurídica no CDCA, que precisa ser avaliada. Patrícia lembra que a legitimidade é autonomia do Conselho. Ela entende que a AJL não precisa participar das decisões do Conselho. Eduardo lembra que há atos, como a do ordenador de despesa e outros de governo, que pedem mais cuidado. Giuliana concorda que a legitimidade do CDCA tem de ser fortalecida, mas, mesmo assim, quando passa para publicação, acaba precisando ir para AJL. Milda traz que a perda se deu quando da extinção da Secretaria da Criança. Ela entende que é preciso uma mobilização do CDCA para que se volte a ter uma Secretaria da Criança. Em resposta ao Leovane, Juliana Miranda, da PJIJ/MPDFT, esclarece que o Ministério Público está como sistema de controle e para contribuir com o debate. Ela diz que é importante que as deliberações sejam feitas sob orientação da legalidade. 3.2. Relatório Easjur/Defensoria Pública e Sejus - Encaminhamento: relatório da Easjur/Defensoria Pública segue para a Comissão de Formação e Mobilização - Comfmob, Comissão de Políticas Públicas - Compp e Comissão de Acompanhamento do Comitê Consultivo - Cacon no sentido de se conhecer e buscar instrumentos de maior participação do CDCA e parceria com a Defensoria. E também divulgar o curso colocado em plenária pela Juliana Braga, que é o curso em Educação e Direitos. Relatoria: Juliana Braga, da Defensoria Pública do Distrito Federal, agradece a oportunidade e se coloca à disposição do CDCA. Também se coloca para falar do relatório, que traz serviços prestados pela carreta da Defensoria, cujo objetivo é levar cidadania à população. Disse que é prestada assistência jurídica e psicossocial. Que o relatório trazido à plenária de hoje diz respeito a serviços prestados em Samambaia e que a próxima ação será na Estrutura, com serviços, por exemplo, de paternidade responsável. Juliana destaca ainda que o relatório visou coletar dados e fazer uma avaliação qualitativa para traçar um diagnóstico da comunidade, a fim de orientar a atuação da Defensoria e da Sejus no tocante aos Direitos Humanos. Ela aproveita para divulgar curso Educação e Direitos. Eduardo enxerga que alguns pontos trazidos pela defensoria, pelo relatório, podem ser discutidos no âmbito da Comfmob. Patrícia sugere o CDCA ter um formulário para que, nessas ações, possa levantar dados das pessoas atendidas, quando de uma ação conjunta, de parceria, entre CDCA e Defensoria Pública do DF. Ela sugere envolver também a Comissão de Políticas Públicas. Joelma sugere ampliar essa abordagem de diagnóstico para creches que atendem famílias em vulnerabilidade. 3.3 Saída e entrada de servidores na SECDCA - Rokmenglhe informa a saída dos servidores, faz agradecimento nominal ao Rafael Ayan, Bárbara Néri e Ana Paula. Dá boas-vindas à nova diretora da Dicar, Cristiane Oelmann, e a assessora da SECDCA, Robéria Santos. O pleno incluiu na pauta os pontos prorrogação do cronograma do Edital nº 2 e a indicação de membros para compor a Comissão de Monitoramento e Acompanhamento de Execução de Planos de Trabalho. Passa-se, então, ao relato das comissões e, com a inclusão de dois pontos na pauta, à deliberação da Ordem do Dia. 4. Relato das Comissões. 4.1. Comissão de Políticas Públicas - Adriana faz uma síntese, relacionando as deliberações sobre concessão e renovação de entidades. Fala que a Denise, da Saúde, fez o compilado dos protocolos e apresentou no grupo. Fala que houve encaminhamento do processo da instituição Padre Batesi, no tocante ao retorno das atividades presenciais, que aguarda a elaboração do protocolo em compilação na Compp. Diz que teve conhecimento de uma nota técnica do Ministério da Economia sobre o posicionamento do CDCA acerca das atividades de estagiários. Que a Comissão editou uma resolução, trabalhada em cima de uma circular atualizada do Ministério da Economia. Sobre a segurança alimentar, oficializou a Sedes para que um representante da Subsecretaria de Segurança Alimentar participe da próxima reunião ordinária da Compp. Falou-se também da saúde menstrual e teve retorno que a Sede já fizera a compra de absorventes para mulheres. Que fora convidado o Comitê Consultivo para ouvir os adolescentes sobre políticas públicas propostas por eles. Na última reunião, também se falou do Requip, uma proposta que retira direitos dos adolescentes da aprendizagem. Que a matéria é objeto de pauta. Márcia, da Sedes, coloca-se à disposição e diz que a Sedes vem acompanhando a questão da Segurança Alimentar. Eduardo Chaves sugere uma extraordinária da Compp para finalizar o documento de protocolo. Adriana esclarece que a Compp já irá se reunir na próxima semana. 4.2. Comissão de Legislação - o coordenador da Comissão, Leovane, traz a questão das faltas dos conselheiros nas reuniões do CDCA e informa a deliberação da Comissão de Legislação, que foi no sentido de abertura de processo para possível troca do representante da Secretaria do Trabalho e a substituição do Instituto Cláudio Coelho pela instituição seguinte na ordem das eleitas para representação no CDCA. Traz que a representação da Secretaria do Trabalho e do ICC não vêm cumprindo o regimento do CDCA quanto à presença nas reuniões do Conselho. Outro ponto tratado foi o Código de Ética, com a participação do chefe da Cedicon, Luiz Gabriel de Andrade. Que a matéria será tratada novamente em reunião conjunta entre Comissão de Legislação e Comissão do Conselho Tutelar. Foi discutida também a matéria de uso dos rendimentos do FDCA e aprovada na Comlegis, devendo a matéria ir ao CAF, ouvida também a AJL. O último ponto é a resposta da AJL sobre a participação dela em reunião da Comlegis, em que aquela AJL respondeu que está à disposição da Comissão para respostas jurídicas, o que, segundo o chefe dela, deverá ser feito nos termos da Portaria nº 512, de 12 de dezembro de 2019. 4.3. Comissão de Medidas Socioeducativas - a coordenadora da Comissão, Milda, traz que fora feita escuta da unidade de semiliberdade do Guarã. Faz uma leitura das atualizações do plano de ações acompanhado pela CMSE, que está disponível na última memória da Comissão para conhecimento dos conselheiros. Quanto à escola de socioeducação, Eduardo entende que a pauta de formação ainda está muito difusa. Ele defende a ideia de integração dessa política de formação. Pensar uma melhor maneira de

articular a formação continuada dentro do CDCA. Leovane pede atenção para a questão da aula na internação, pede que a Comissão peça à Secretaria de Educação relatório pormenorizado, com informação de quais aulas estão sendo ministradas, por quantos dias na semana, por quantas horas, presencial ou a distância. Milda disse que esse é um ponto de pauta permanente da comissão. Daniela, da Secretaria de Educação, traz que houve retorno dos adolescentes para aula presencial, desde o dia 23 de agosto. Somente algumas aulas que ainda não estão tendo, em virtude de que alguns professores estão aguardando o prazo de eficácia da vacina. Eles estão tendo 100% da carga horária de aulas, igual aos demais alunos da rede pública de ensino. Milda informa que, assim que terminar todas as escutas, a Comissão produzirá um relatório que será apresentado. 4.4. Comissão de Formação e Mobilização - Eduardo informa que a coordenadora Mirela está em recuperação. Que se integrou o trabalho da Comfmob com a da Escola de Conselhos. Que está se trabalhando para contratação de um consultoria por termo de cooperação para viabilizar a capacitação continuada. Em resposta ao Leovane, Eduardo informa que as reuniões do Conselho Gestor da Escola de Conselhos são mensais. 4.5. Comissão de Acompanhamento do Comitê Consultivo - Encaminhamento: Secretaria Executiva fará a proposta de termo de referência para apreciação da Comissão e discussão na Plenária. Relatoria: a coordenadora da Comissão, Gabriela Godoy, informa que a reunião teve a participação do Comitê Consultivo, em que se definiu o segundo sábado de cada mês, às 10h, para os dias de reunião dos adolescentes. Que se definiu não republicar novo edital para seleção de adolescentes que ocupariam as vagas remanescentes. Que ficou definido se fazer uma cartilha, a ser elaborada com os adolescentes por meio de uma cartilha para divulgar os serviços. Também vai se trabalhar uma divulgação. Ela informa que teve reunião do CPA, com os adolescentes que o compõem, em que se deliberou por confeccionar camisetas para os adolescentes e identidade funcional. Ela propõe a produção de material gráfico para divulgação das ações e campanhas do CDCA. Ela faz um apelo para que os conselheiros participem das reuniões da Comissão. Francisco Beto e Patrícia chamam atenção para maior participação e voz dos adolescentes no CDCA. Rokmenglhe pede uma relação da Comissão dos itens que a Comissão entende viáveis para aquisição. A Secretaria Executiva trará uma proposta de termo de referência, que será apresentado na próxima plenária. 4.6. Comissão de Conselho Tutelar - Grazielle informa que fora marcada uma reunião conjunta com a Comlegis para tratar do código de ética. 4.7. Conselho de Administração do Fundo - CAFDCA - Denise informa que está prevista na PLOA cerca de 56 milhões para o orçamento 2022. Que houve deliberação sobre a data de limite para que os planos de trabalho fiquem suspensos, passando de 1º de agosto para 30 de setembro. Depois dessa data, as instituições retornariam a execução de seus projetos. Milda pergunta à Denise o montante que se teria para o próximo edital. Denise respondeu que é preciso ver com a equipe técnica. Luíza fala que tem estimativa, que o link está no CAF, e o documento traz a projeção de gastos. Francisco Beto pede que seja encaminhado sugestão de agilizar o pagamento das parcelas dos projetos do edital 1/2021, passando a se pagar em duas parcelas, a fim de aumentar a execução do orçamento do FDCA. Rokmenglhe disse que já tem parecer da PGDF pela impossibilidade de pagamento na forma proposta por Francisco Beto. Rokmenglhe pede uma reflexão, que já se está em setembro, mas não se tem nada planejado para 2022, o que pode se levar a repetir o status de execução baixa do FDCA. Nisso é acompanhado por Leovane. Daise reforça a necessidade do status dos processos de projeto quanto a liberação de recursos. Daise entende também que é preciso fazer o mais rápido consulta à PGDF quanto à possibilidade de pagar em duas parcelas. Luíza lembra que a consulta já fora feita, que fora negada, e que a PGDF não pode passar por cima de um decreto, que regulamentou essa questão. 4.8. Grupo de trabalho Retorno às Aulas / Atividades Presenciais - A coordenadora do grupo, Grazielle, traz que fora publicada a Resolução 81/2021 que constitui o grupo de trabalho. Que ficou marcada reunião do GT para o dia 3 de setembro de 2021, às 10h. Lembra que há na CLDF uma comitê de monitoramento. Que dentro do MPDFT existe uma força-tarefa com o mesmo objetivo. Que o GT se reunirá para fazer o planejamento de trabalho. Traz também que há prioridade do governo para vacinação dos adolescentes a partir de 12 anos. Daise pergunta sobre como ficou a questão das instituições de convivência. Ela disse que as entidades com parceria com a Sedes têm informação que o retorno se dará após dia 20 de setembro. Grazielle sugere levar essa pauta para discussão no GT. Grazielle lembra que a Compp está trabalhando em um protocolo de segurança. Eduardo traz que o protocolo, após a reunião da Compp dia 10 de setembro, será disponibilizado para todas as comissões. Leovane chama atenção para que o CDCA oriente às instituições no que diz respeito à volta das atividades presenciais, com cuidado para que voltem aquelas instituições que têm condições de segurança. Milda recorda que a matéria, por decisão plenária, fora para Compp e que o protocolo deve ser aprovada em reunião plenária. Daise sugere que as instituições possam pedir ao CDCA a volta às atividades presenciais, anexando ao pedido o protocolo adotado, até que o CDCA disponibilize um oficialmente. 5. Ordem do Dia. 5.1. Prorrogação do Edital nº 2/2020 (Egressos). Encaminhamento: aprovado, por unanimidade, estender o prazo previsto para fase de habilitação do Edital de Egressos em 180 dias. Relatoria: Kelly fala que, sobre o Edital de Egressos, está se finalizando a fase de documentação. Que terá que ser chamado uma próxima, que é o Cedeca, porque a segunda colocada - Solar Sentir - teve problema com documentação, como a não comprovação de CNPJ ativo por dois ou mais anos. Em vista disso, Kelly pede uma prorrogação de 180 dias, a partir de 14 de maio, a fim de que possa finalizar habilitação das duas entidades. Milda levanta uma questão de segurança jurídica, se há prerrogativa do CDCA para fazer uma prorrogação retroativa a partir de maio, decorridos mais de 2 meses que o cronograma expirou. Rokmenglhe esclarece que o prazo do edital é denominado prazo impróprio, e ele pode ser prorrogado sem que fira a legalidade. Como não houve vício de forma e conteúdo na atuação da Comissão, todos os atos são legítimos. Ele sugere que seja adotado o mesmo que fora adotado para o Edital nº

1/2020. Francisco Beto traz que a fase de habilitação deveria caber a equipe técnica, e ele entende que não é papel da Comissão de Seleção. Eduardo entende que a fase de habilitação cabe sim à Comissão de Seleção. 5.2. Indicação de membros para compor a Comissão de Monitoramento e Acompanhamento de Execução de Planos de Trabalho - Encaminhamento: deliberação conjunta entre CAF e Legislação para tratar da composição da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento. Relatoria: Daise entende que essa Comissão deve ser criada na próxima plenária, tendo em vista que nenhuma recurso ainda fora liberado para as instituições. Diz ainda que a composição dessa Comissão será designada conforme previsto no Ato Normativo. Luíza Arcangela entende que a Comissão é urgente, porque, no ato de celebração do termo de cooperação, já se deve o ato que nomeou a Comissão de Monitoramento. Milda chama atenção da falta de conselheiros da sociedade civil para compor a Comissão, posto que alguns estarão impedidos de compô-la. Francisco Beto sugere encaminhar essa matéria para o CAF. Grazielle traz que o CAF não pode deliberar sobre a composição da Comissão, que cabe à Plenária. Ela esclarece a diferença entre Comissão de Seleção e Comissão de Monitoramento e Acompanhamento, que atua desde a celebração do ato até a entrega do relatório final pela OSC. Traz ainda que os conselheiros que compõem a Comissão de Seleção não podem compor a Comissão de Monitoramento e Acompanhamento. Milda sugere estudar a lei e o novo marco regulatório para ver se é possível convidar OSC não inscrita no CDCA para compor essa Comissão. Daise sugere esperar a próxima plenária para acertar o ato normativo e depois ver o que se vai fazer com a Comissão de Monitoramento. 5.3. Processo 00400-00027737/2020-46. Plano de trabalho projeto Casa azul / "Fortalecimento das Organizações Não Governamentais de Brasília em tempos de Coronavírus". Encaminhamento: referendada, por unanimidade, pelo pleno. Relatoria: Marina traz que a matéria fora aprovada no CAFDCA e veio à plenária para referendar. 5.4. Processo 0417-000644/2017. Cancelamento de registro / Instituição Recomeçar - Encaminhamento: aprovado pedido de cancelamento de registro pela entidade. 5.5. Suplementação de recursos FDCA / Edital 1/2020 - Encaminhamento: (a) aprovado mérito da suplementação em 14 milhões do edital nº 1/2020; (b) processo vai para Ungef a fim de informar a disponibilidade orçamentária; (c) enviar para à AJL sobre a viabilidade jurídica. Relatoria: Rokmenghe lembra que é um pedido antigo da sociedade civil, que pede suplementar de 30 milhões para 40 milhões, a fim de chamar outras entidades que não foram contempladas. Milda lembra que o que não ficou definido foi o valor de suplementação e a efetivação dela. João diz que se lembra que teve uma reunião no CAF e veio para Direx a informação de que a suplementação seria de 14 milhões. Eduardo levanta a questão se é possível fazer a suplementação, colocando-se mais valor no mesmo edital. Denise diz que lembra de uma discussão se os 14 milhões seriam suplementação geral do edital ou se seriam aportados conforme cada projeto. Milda diz que a Fabiana Gadêlha, então presidente do CDCA, trouxe retorno da reunião do CAF que seria sim possível a suplementação. Daise traz que os 14 milhões vêm de dois editais emergenciais, um edital de 3.600.000,00 e outro de 10.400.000,00. Luíza Arcangela informa que a discussão foi feita no CAF e foi no sentido da suplementação. Em resposta ao Eduardo, Luíza informa que o papel da Ungef é informar sobre a disponibilidade orçamentária. Marina diz que a na reunião 49 do CAF ficou decidido que a forma de fazer isso seria decidida em reunião conjunta entre CAF e Comlegis. Daise sugere que sejam trazidas à pauta as pendências de reuniões anteriores. Rokmenghe lembra que isso está disponível nas atas. 5.6. Alteração de data para retorno dos projetos/planos de trabalho que estão suspensos - Encaminhamento: (a) aprovada a alteração pelo pleno da Plenária, passando a data de 1º de agosto/2021 para até 30 de outubro de 2021; (b) em havendo deliberação do CDCA para liberação das atividades presenciais, que elas sejam informadas. Relatoria: Marina diz que são três instituições nessa situação, que elas estão informadas sobre a questão do retorno com a execução dos planos de trabalho. Milda entende que, no prazo de 30 de setembro, as entidades ficarão com o prazo estourado. 5.7. Processo nº 00400-00008792/2021-18. Apresentação da execução orçamentária de 2021. Encaminhamento: (a) atribuição de monitoramento da execução orçamentária e status dos projetos fica a cargo do CAFDCA; (b) CAFDCA fará reunião extraordinária para tratar do tema. Relatoria: Luíza informa que, desde o ano passado, é enviado processo com andamento dos projetos, por edital. Que isso é disponibilizado para o CAFDCA. Que a Ungef irá disponibilizar, conforme Regimento, as informações para o CAF. Eduardo sugere que o CAFDCA tenha acesso à Ungef para filtrar as informações. 5.8. Processo 00400-00032181/2021-91. Frequência dos conselheiros nas reuniões do CDCA - Encaminhamento: deliberação pela abertura do processo, conforme relato da Comissão de Legislação, item 4.2. Relatoria: Trata-se deferendo pelos conselheiros da proposta de abertura de processo, conforme deliberação feita no âmbito da Comlegis, que fora favorável à abertura de processo para substituição da representação da sociedade civil (Instituto Cláudio Coelho) e da indicação de novo representante da Secretaria de Trabalho. 5.9. Apresentação da Comissão Especial de Seleção Edital nº 1/2020 - Encaminhamento: (a) matéria fica a cargo da avaliação de recursos pela Comissão de Seleção; (b) grupo de trabalho Ato Setorial avaliará as contribuições trazidas pela Mildano que se refere à sugestão de alteração do Ato Setorial, na próxima reunião do grupo de trabalho. Relatoria: A coordenadora da Comissão, Grazielle, faz uma panorâmica dos trabalhos dentro da Comissão. Informa que há 12 projetos habilitados, 4 inabilitados e 2 desistentes. Que nesse período foram produzidos 104 pareceres técnicos pela Diproj. Das propostas, 86 foram classificadas. 32 entidades foram convocadas, informa Marina, da Diproj. Marina apresenta uma planilha com status de todos projetos do Edital 1/2020. Nesse ponto, Milda coloca que saiu a uma resolução do CDCA desabilitando quatro instituições. Ela pede licença para apresentar um levantamento realizado, uma tabela que traz os dispositivos contidos na Lei 13.019 de 2014 (incluído Lei 13.204 de 2015), na Seção IX, no Art. 33, Inciso V que estabelece que dois anos de CNPJ ativo é requisito

para celebração de termo de fomento, comparando ao disposto no Decreto nº 37.843/2016 e no Edital nº 01/2020, mostrando claramente que tanto o Decreto quanto o edital estão contrariando a Lei quando colocam a comprovação de 2 anos de CNPJ ativo como requisito para habilitação. Milda ressalta que Decreto serve para regulamentar a aplicação da lei, não podendo, de forma nenhum, contrariá-la e, que os projetos não podem ser analisados a luz do decreto e do edital, descumprindo a Lei que tem forma maior. Como proposta para solução do problema, Milda sugere alteração no Ato Setorial, no Art. 18. que versa sobre a fase de habilitação, no § 2º, de forma a incluir juntamente com a validade das certidões a comprovação de 2 anos de CNPJ ativo, a ser verificado tanto na fase de habilitação, como na fase de celebração do termo de fomento. Levovane lembra que esse ponto não estava na pauta para ser discutido. Quanto à questão levantada, ele entende que as entidades devem observar o que está posto o edital quando vai entrar na disputa. Francisco Beto entende que é possível fazer a alteração do edital quanto a ponto apontado por Milda. Daise sugere analisar, na próxima reunião do grupo de trabalho, se Ato Setorial proposto está ferindo o decreto e a lei, e reformular se for o caso. Sobre o caso concreto trazido por Milda, ela pede para que se retorne a consulta para Comissão de Seleção e aguardar a decisão dela acerca do recurso. Eduardo lembra que a decisão fora tomada seguindo os parâmetros adotados para todos os casos. Que a Comissão só pode se posicionar a partir de um recurso, com as alegações trazidas. Grazielle informa que a Comissão tem trabalhado dentro do regramento da legislação pública, com obediência aos princípios da impessoalidade e da moralidade. Ela recomenda que as instituições inabilitadas apresentem os recursos em até 10 dias, conforme o Edital. Milda registra a necessidade de respeito ao posicionamento dos conselheiros e esclarece que não se pode desqualificar uma tentativa de se resolver um problema, tentando atribuir ao outro um ato que não foi intenção nem explícito na plenária, reitera que a Lei tem força maior e que o Conselho deve atuar em consonância e respeitando a Lei que rege o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Milda ressalta ainda, que não se pode seguir descumprindo a lei, porque se tem um edital em andamento e, que, por isto, é preciso a correção, que é proposta com a alteração do ato setorial. 5.10. Processo 00400-00005160/2021-01. Nota de repúdio - Medida Provisória 1.045/2021 - Requip (jovens aprendizes) - Encaminhamento: matéria volta para Compp para nova avaliação, deliberação e eventual nota de repúdio. Relatoria: Adriana informa que a decisão da Direx sobre nota de repúdio ainda não foi despachada para Compp. Que, na próxima reunião da Compp, a matéria volta a ser trabalhada. Que o artigo 66 da MP 1.045/2021 caiu na Câmara dos Deputados, e esse era a preocupação maior da Compp. 5.11. Processo 00400-00020594/2021-22. Apresentação programa Família Solidária/Ppcam (apresentação Solange Xavier) - Encaminhamento: matéria transferida para próxima plenária, no mês de setembro. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h3, e Josimar Almeida, diretor da Diretoria de Acompanhamento de Normas e Comissões - Danc/SECDCA, lavra a presente Ata, que vai assinada pelo presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, Eduardo Chaves.

SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA - DF LEGAL

PORTARIA Nº 57, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do parágrafo único do art. 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o teor do processo 04017-00019311/2021-39, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 37, de 04 de junho de 2020, publicada no DODF nº 108, de 09 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

§ 4º Compete à Diretoria de Bens Apreendidos iniciar processo eletrônico, por auto de apreensão ou termo de retenção de volumes, para registro e controle dos bens e mercadorias apreendidos e recolhidos ao Depósito de Bens Apreendidos da DF Legal:

§ 5º Eventuais solicitações de impugnação, recursos ou outros dessa natureza serão relacionados ao processo principal, mencionado no § 4º desse artigo, antes de serem tramitados e instruídos."

"Art. 17.

H - à comprovação de indébito para com a DF Legal, mediante análise e manifestação da Subsecretaria de Fiscalização responsável pela apreensão do bem:

"Art. 19. A solicitação de devolução dos documentos, bens ou mercadorias apreendidas deverá ser feita em até 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil subsequente à data da lavratura do Auto de Apreensão, podendo o interessado retirar sua mercadoria de forma parcial ou integral, desde que comprove sua propriedade:

§ 1º Os documentos, bens e mercadorias apreendidos e não reclamados no prazo estabelecido no caput desse artigo, serão declarados abandonados por ato do Subsecretário de Administração Geral da DF Legal, a ser publicado no DODF.

§ 2º O proprietário terá o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de pagamento dos custos operacionais e das diárias do Depósito, para, seguindo o agendamento estabelecido pela Diretoria de Bens Apreendidos, retirar os documentos, bens, equipamentos e mercadorias apreendidos, das dependências do Depósito de Bens Apreendidos - DBA da DF Legal.